

A administradora da Yat Yuen assumiu que a empresa recebeu pedidos, com origem em Hainão, Zhuhai e Islândia, para exportação dos galgos. Indicando que a empresa falou com o IACM sobre todas as possibilidades em relação ao futuro dos galgos, Angela Leong garantiu que a mudança dos animais para o Jockey Club foi apresentada ao Governo já em 2016

SALOMÉ FERNANDES
E VIVIANA CHAN*

No final da reunião plenária da Assembleia Legislativa (AL), Angela Leong admitiu ontem que os galgos podem ir a China Continental, inclusivamente para Hainão, pois a Companhia de Corridas de Galgos (Yat Yuen) tem recebido pedidos de interessados. "Além de Hainão, até temos um pedido da Islândia, temos de apresentar ao Governo. Também temos pedidos de Zhuhai, o problema agora é que não consegui-

mos exportar, não é nada fácil", afirmou a administradora da Yat Yuen, acrescentando que se o processo for acelerado, esses pretendentes poderão receber os galgos mais rapidamente. Sem especificar se os pedidos estão relacionados com a compra e venda dos cães, declarou que alguns locais querem 20 a 30 galgos. Porém, asseverou, o Canidromo "não quer exportar para corridas, nem para reprodução".

Durante a manhã, à margem da reunião de uma comissão na AL, Angela Leong tinha afirmado nunca ter pedido autorização ao Governo de Hainão para um projecto ligado a corridas de galgos. Mas, assumiu, que "se Hainão tiver uma lei que os possa proteger, essa ideia é bem vinda".

A deputada falava em reacção à confirmação dada à TRIBUNA DE MACAU pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) sobre a intenção da Yat Yuen preparar a exportação de seis cães no âmbito de um projecto de turismo. "Têm de perceber que independentemente do destino dos galgos, o bom ambiente

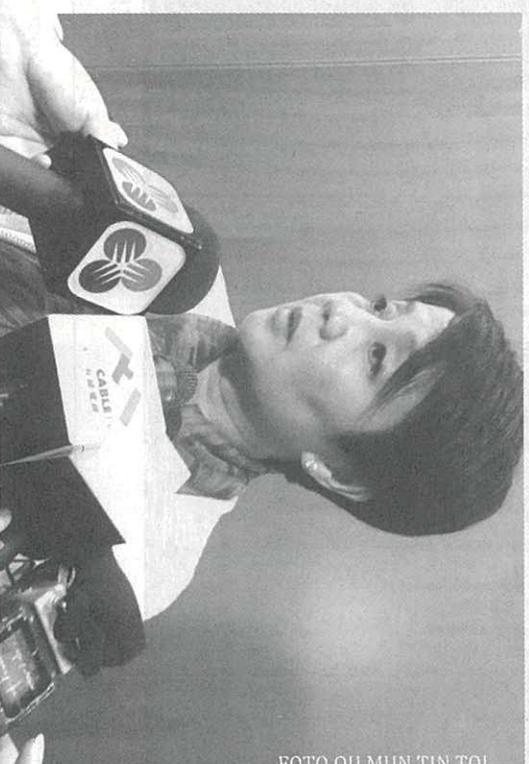


FOTO OU MUN TIN TOI

é essencial, para terem uma boa vida de reforma, sobreviverem, estejam livres para fazer actividades. Acredito que tanto a imprensa como as pessoas defensoras de animais vão ficar felizes", acrescentou.

Questionada sobre se tinha apresentado a ideia ao IACM, respondeu apenas que "falámos de qualquer possibilidade com o IACM". "Os animais têm de respeitar certas regras, têm muitos pro-

cedimentos, documentos para ser tratados. Mas se houver um mecanismo especial, é muito positivo para quem gosta de animais".

Assim, a justificação para solicitar a prorrogação do prazo do uso da área do caniil por mais 120 dias prendeu-se com a necessidade de de quarentena dos cães. "Estamos abertos todos os dias para pedidos de adopção, trabalhamos 24 horas por dia nisso, porque sabemos que adoptar para outra

região não é fácil", disse, expandindo o conteúdo com o canismo da RAEHK para agilizar o processo de adopção. Questionada sobre os motivos para promover a adopção tão cedo, acusou a comunicação social de especulação. O "plano B" da Yat Yuen pelo alojamento dos animais cavalariças vazias do Jockey Club opção que admitiu não ser a primeira garantia ter sido convertida em o Governo desde 2016, como pela possibilidade das sociedades defensoras dos animais adoptarem.

Segundo a deputada, há a 400 a 500 galgos no Canidromo. "Se ninguém quiser os galgos tanto que vou continuar a cuidar deles, até ao fim da sua vida", meteu.

Angela Leong frisou ser preterível "ver quem é que assumiu toda a responsabilidade do Canidromo e sustentou centenas de galgos". "Os galgos não foram comprados por mim, foram adquiridos por eles".

*COM LIANE FERRER
E INÊS ALMEIDA

CONCURSO PÚBLICO PARA "OBRA DE RENOVACÃO DO BAIRRO SOCIAL DE TAMAGNINI BARBOSA (II FASE)"

[97/2018]

澳門特別行政區政府
澳門特別行政區政府
房屋局
Instituto de Habitação
ANÚNCIO

1. Entidade promotora do concurso: Instituto de Habitação (IH).
2. Modalidade do concurso: Concurso público.
3. Local de execução da obra: Bairro Social de Tamagnini Barbosa, Torre C.
4. Objecto da empreitada: a presente obra visa a renovação das instalações das fracções de habitação social do 17.º ao 24.º pisos e espaços públicos da Torre C do Bairro Social de Tamagnini Barbosa, incluindo a substituição das portas das fracções, mosaicos, guardas, pintura das paredes e tectos, obra de impermeabilização, reparação dos tubos de drenagem, iluminação e equipamentos contra incêndios.
5. Prazo máximo de execução: 220 dias úteis (duzentos e setenta dias úteis). O prazo de execução declarado pelos concorrentes deve seguir o estipulado no pontos 6, 7 e 8 do Programa de concurso e nos pontos 5.1.2 e 5.2.2 das cláusulas gerais do Caderno de Encargos.
6. Prazo de validade das propostas: O prazo de validade das propostas é de noventa dias, a contar da data do encerramento do acto público do concurso, sendo prorrogável nos termos previstos no Programa de Concurso.
7. Tipo de empreitada: Empreitada por série de preços.
8. Caução provisória: \$285 600,00 (duzentas e oitenta e cinco mil e seiscentas patacas), a prestar mediante depósito em dinheiro, garantia bancária legal ou seguro-caução.
9. Caução definitiva: 5% do preço total da adjudicação (das importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais são deduzidos 5% para garantia do contrato, em refoço da caução definitiva prestada).
10. Preço base: Não há.
11. Condições de admissão: Serão admitidas como concorrentes as entidades inscritas na Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes para execução de obras, bem como as que à data do acto público do concurso tenham requerido a sua inscrição, sendo neste último caso a admissão condicionada ao deferimento do respectivo pedido de inscrição.
12. Local, data e hora de explicação:
Local: Bairro Social de Tamagnini Barbosa, Torre C.
Data e hora: 18 de Julho de 2018 (Quarta-feira), pelas 10H00.
13. Local, data e hora para entrega das propostas:
Local: Recepção do IH situado em Macau, na Travessa Norte do Patane para a Estrada do Canal dos Patos, n.º 220.
Data e hora limites: 13 de Agosto de 2018 (Segunda-feira), às 13H00.

Em caso de encerramento deste Instituto na hora limite para a entrega das propostas acima mencionada por motivos de tufão ou de força maior, a data e hora limites estabelecidas para a entrega das propostas serão adiadas para a mesma hora do primeiro dia útil seguinte.

14. Local, data e hora do acto público do concurso:

Local: IH, sito na Travessa Norte do Patane, n.º 102, Ilha Verde, Macau.
Data e hora: 14 de Agosto de 2018 (Terça-feira), pelas 9H30.

Em caso de adiamento da data limite para a entrega das propostas de acordo com o n.º 13 ou de encerramento deste Instituto na estabelecida para o acto público do concurso acima mencionada por motivos de tufão ou de força maior, a data e hora estabelecidas para o acto público do concurso serão adiadas para a mesma hora do primeiro dia útil seguinte.

Os concorrentes ou seus representantes deverão estar presentes ao acto público do concurso para os efeitos previstos no artigo 80 Decreto-Lei n.º 74/99/M e para obterem esclarecimentos de eventuais dúvidas relativas aos documentos apresentados no concurso.

15. Línguas a utilizar na redacção da proposta:

Os documentos que instruem a proposta (com excepção dos catálogos de produtos) são obrigatoriamente redigidos numa das línguas oficiais da RAEM; quando noutra língua, devem ser acompanhados de tradução legalizada, a qual prevalece para todos e quaisquer efeitos.

16. Local, hora e preço para exame do processo e obtenção de cópia:

Local: IH, Estrada do Canal dos Patos, n.º 220, Macau.
Hora: Horário de expediente (das 9H00 às 12H45 e das 14H30 às 17H00). Pode ser obtida cópia do processo do concurso público, 1 Instituto, pelo preço de \$1 000,00 (mil patacas) ou pode proceder ao seu download gratuito na página electrónica: IH (<http://www.ihm.gov.mo>).

17. Critérios de apreciação de propostas e respectivos factores de ponderação:

Factores de Avaliação	Proporção
- Custo das obras	70%
- Prazo de execução	30%

Pontuação final = Pontuação em função do custo das obras + Pontuação em função do prazo de execução.

A adjudicação será efectuada, pelo dono da obra, ao concorrente que, de acordo com a proposta apresentada, obtenha a pontuação mais elevada. Caso exista mais do que um concorrente que obtenha a mesma pontuação mais elevada, o dono da obra tomará consideração o preço mais baixo proposto.

18. Jangão de esclarecimentos:

Os concorrentes poderão dirigir-se ao IH, Estrada do Canal dos Patos, n.º 220, Macau, a partir de 24 de Julho de 2018 e até à data limite a entrega das propostas, para tomar conhecimento de eventuais esclarecimentos adicionais.

Instituto de Habitação, Macau, aos 21 de Junho de 2018.

O Presidente,
Arnaldo Santos

DICJ acusa Yat Yuen de não respeitar Governo

LIANE FERREIRA

A Companhia de Corridas de Galgos (Yat Yuen) “não tem observado as exigências do Governo da RAEM no que diz respeito ao destino e ao bem-estar dos galgos”, sublinhou a Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos (DICJ) numa nota de imprensa, onde revela que, afinal, houve outro pedido da empresa que gere o Caniódromo para manter a concessão exclusiva por mais cinco anos.

Apesar dessa proposta ter sido rejeitada, algo que a DICJ apenas ontem tornou público, a empresa terá assim tentado ao máximo prolongar o negócio das corridas, enquanto pedia ao Instituto para os Assuntos Cívicos Municipais (IACM) mais tempo, para alegadamente cuidar do futuro dos animais.

Lembrando que o prazo do contrato expira a 20 de Julho, a DICJ frisa que a empresa terá mesmo de abandonar o recinto até sexta-feira. Isto porque, além do término definitivo do contrato ter sido anunciado há já dois anos, o organismo indeferiu outro pedido de prorrogação e alteração da concessão.

A Inspeção e Coordenação de Jogos recorda que, em 2016, o Governo notificou a Yat Yuen do termo da concessão, indicando ainda que, caso quisesse realocalizar a actividade, teria de respeitar o programa das corridas e melhorar as condições dos animais. No ano transacto, a companhia apresentou um pedido ao Governo para que o contrato fosse prorrogado e alterado, e solicitando autorização para transmitir em Macau corridas realizadas noutras regiões. Para isso, pediu o aproveitamento do terreno do Caniódromo por mais cinco anos, para cuidar dos galgos.

Atendendo à “falta de uma proposta detalhada acerca da transmissão das corridas

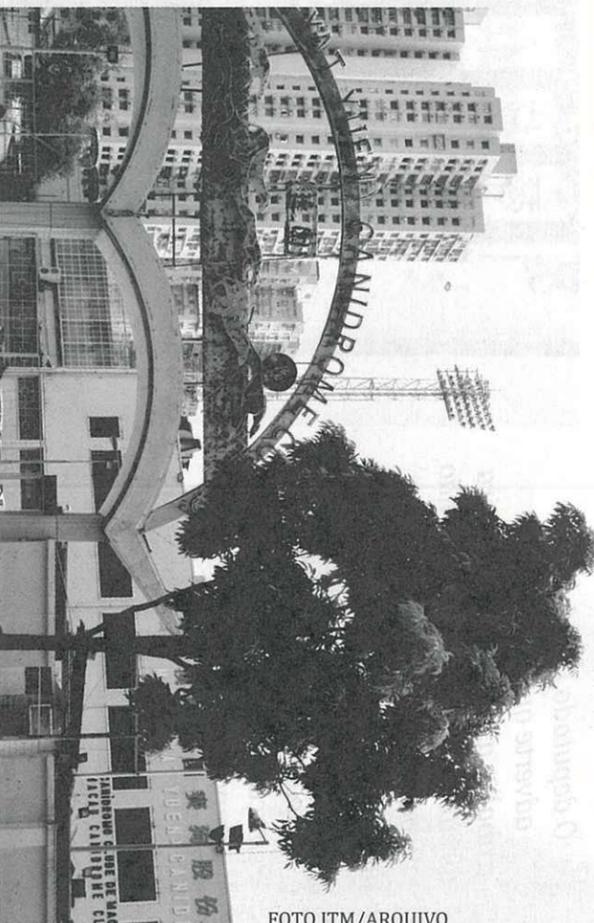


FOTO JTM/ARQUIVO

de galgos e do destino a dar aos galgos no referido pedido”, a DICJ realizou várias reuniões com a companhia para que esta prestasse informações complementares, que viriam a ser apresentadas, por escrito, a 29 de Março de 2018.

No entanto, o organismo salientou que outras regiões também têm vindo a suspender as corridas, num contexto em que a “consciência social sobre a protecção dos animais é cada vez mais forte” a nível mundial e a “protecção dos galgos tem merecido especial atenção pelos residentes da RAEM”. “A proposta de transmissão para a RAEM de corridas de galgos realizadas noutras regiões constitui uma contradição dos valores de protecção dos animais. Nesse sentido, a proposta não mereceu incentivo e apoio por parte do Governo”, afirmou. Para além disso, a proposta tinha um contributo limitado para a promoção da economia local. Aliás, um relatório do Instituto de Estudo sobre a Indústria do Jogo da Univer-

sidade de Macau, mostrava que “os efeitos económicos da exploração das corridas de galgos mostram-se muito limitados”.

“A transmissão das corridas de galgos realizadas noutras regiões para RAEM, proposta pela Companhia, transformaria a natureza lúdica e turística tradicional das corridas de galgos em meras apostas, algo que não se conforma com a estratégia política do Jogo Responsável que o Governo da RAEM promove”, declarou o organismo dirigido por Paulo Martins Chan, insistindo que a empresa tem de sair do Caniódromo até à data fixada.

Entretanto, à margem do plenário da Assembleia Legislativa, Paulo Martins Chan confirmou ontem ter recebido o documento sobre a eventual exportação de galgos para Hainão, embora ainda não existam pormenores concretos da parte chinesa.

IACM FAZ ÚLTIMATO

Ao final do dia de ontem, o IACM emitiu um

Associações defensoras dos animais reiteraram a sua oposição à eventual exportação de galgos para o Continente

LIANE FERREIRA E VIVIANA CHAN

Como seria de esperar, o plano do Caniódromo para enviar galgos para Hainão não foi bem recebido pelas associações locais. “A 29 de Junho, escrevemos ao Gabinete de Ligação a dizer que tínhamos informações de fonte segura de que o Caniódromo se preparava para enviar os galgos para Hainão e pedimos o bloqueio”, disse o presidente da ANIMA a este jornal, garantindo que se não houver resposta, será enviada outra carta para o director do Gabinete.

Sobre a proposta do Caniódromo, Albano Martins, indicou que a empresa teria de oficial o pedido aos serviços competentes, mas entretanto terminará o prazo da concessão. Para o líder da ANIMA, existe claramente falta de transparência, como se vê na rejeição de prorrogação da concessão por cinco anos, ontem revelada. “É tudo um bocadinho de truques, jogadas”, frisou.

Por sua vez, Fátima Galvão, sócia fundadora da Associação para os Cães de Rua e o Bem-Estar Animal em Macau (MASDAM), considera estar-se perante “pessoas que não têm absolutamente escrupulos, que só são coerentes com

Associações contra envio de galgos para Hainão

elas próprias”, pois viviam da exploração dos animais. “O que se espera é que o Governo seja absolutamente intransigente, porque o que está a acontecer é vergonhoso”, destacou, salientando que a Yat Yuen também está a desrespeitar a lei: “Estiveram a esticar a corda até ela rebentar”.

Para a activista, enviar galgos para Hainão seria “uma tristeza” e “horrível para a imagem de Macau”. “Mas não sei se o Governo está preocupado”, frisou, considerando que “os responsáveis pelo Caniódromo deviam ser penalizados” e advertindo que as condições do Jockey Club são miseráveis.

Já a presidente da Associação de Protecção aos Animais Abandonados de Macau (APAAW), reiterou oposição à exportação dos cães para qualquer país ou região onde não haja uma lei de protecção dos animais. Anteriormente, oito associações declararam-se contra a exportação de galgos para o Interior da China.

Yoko Choi garantiu à TRIBUNA DE MACAU que a APAAW pretende convidar organizações internacionais de direitos dos animais para “unir mais forças para lutar por este assunto”, mas ainda não pode adiantar pormenores.

“Sempre ouvi boatos sobre a exportação para a China, só que não sabia que era Hainão. Não importa onde, porque

se o Governo deixar a empresa fará o que quiser. Se saírem de Macau, as associações podem fazer muito pouco para os proteger”.

Numa resposta a este jornal, a Casa de Animais Abrigo dos Long Long também declarou estar “firmemente contra levar os galgos para a China”.

YAT YUEN “SOLIDÁRIA” NA ÚLTIMA SEMANA

A cerca de uma semana do fecho de portas do Caniódromo, a Companhia de Corrida dos Galgos (Yat Yuen) publicou um comunicado no seu site assegurando que se disponibiliza para cuidar gratuitamente dos galgos adoptados e que estão à espera de ser exportados para outra região. A Yat Yuen frisou que o pedido para usar por mais 120 dias o canil do Caniódromo visava, acima de tudo, aproveitar o espaço para servir os adoptantes. Na mesma nota, revela ainda que 39 galgos reformados estão à espera de documentos para rumar a Hong Kong, de acordo com o novo mecanismo especial.